

RESENHA. KOSELLECK, REINHART. CRÍTICA E CRISE: UMA CONTRIBUIÇÃO À PATOGÊNESE DO MUNDO BURGUEZ.

Alexandro Almeida Lima Araujo¹

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução do original alemão de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2016. 256 páginas.

Façamos primeiramente um destaque sobre como a obra “Crítica e Crise”² foi dividida. Essa divisão, quero deixar claro, não será aqui exclusivamente definidora para o entendimento do pensamento de Reinhart Koselleck³. Não ficaremos enrijecidos em entender parte por parte, pelo contrário, a ideia que é aqui apresentada é a compreensão da concepção principal de um todo desse trabalho do referido historiador alemão.

Há três capítulos na obra, sendo que em cada capítulo há subdivisões. Não é nosso interesse demonstrar subdivisão por subdivisão.

O 1º é intitulado *A estrutura política do Absolutismo como pressuposto do Iluminismo*,

O autor tratará do surgimento do Estado absolutista através da contenção que o monarca fizera sobre as guerras civis religiosas. A legitimação do Estado Absolutista se dará mediante a sujeição da moral à política, enfraquecendo partidos religiosos. Koselleck voltar-se-á para o pensamento de Hobbes, no que concerne ao uso da *Razão*, que tornará o “homem” como “súdito”, e como súdito esse homem não possuiria expressão política. Tal expressão política era única e exclusiva do rei. Esse homem se encontra apenas no foro privado, no interno, e não no foro externo. Haverá um embate “interno *versus* externo”, pois o foro interior se engendrará a crítica que, por sua vez, será o ponto de início do Iluminismo, que irá lutar para se perpetuar na exterioridade.

O 2º tem como título *A compreensão que os iluministas tinham de si mesmos e a resposta à sua situação dentro do Estado Absolutista*;

Koselleck se utilizará de Locke para demonstrar que as leis morais que irão questionar a política do rei são oriundas da opinião pública daqueles que estavam no foro

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Integrante do Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão. Correio eletrônico: alexandroaraujo12@yahoo.com.br.

² Esta obra de Koselleck que conhecemos em livro é sua tese de doutorado.

³ Koselleck está intimamente ligado ao que chamamos de *História dos conceitos*.

interior. O foro interior seria capaz de determinar o que era uma atitude má ou boa, de aprovar ou reprovar alguma ação investida pelo monarca. Não seria um poder executivo, pois o homem não tem esse direito, apenas o rei, mas essa capacidade de discernir o que era certo ou errado seria fundamental para o espírito do juízo moral. Seria uma natureza de poder indireto.

Tal poder indireto se constituiria através das lojas maçônicas que, a princípio, tinham o segredo como ponto chave para enfrentamento da política que era constituída sem a moral. Essa ameaça das associações maçônicas para com a razão é compreendida como uma ameaça indireta de tomada do poder. Esse segredo se ampliará para algo maior, se tornará uma crítica burguesa histórico-filosófica ao ensejar um caráter político mediante preceitos iluministas.

O 3º capítulo é apresentado como *Crise e Filosofia da história*.

Nesse ponto da obra, Koselleck detalhará a filosofia do progresso, bem como a Revolução que se caminhava para o julgamento do opressor e sua consequente condenação, isto é, a morte do rei.

Enveredando-se de fato pelo livro e suas ideias principais, vamos entender os pontos ilustrados acima.

No livro *Crítica e Crise*, R. Koselleck aborda questões principais que perpassam o Estado Absoluto e o nascimento de uma burguesia que estava, de certo modo, excluída deste envolvimento abarcado por reis absolutistas, tendo como enfoque medular a França do século XVIII⁴. Para tanto, o autor perpassa a sua escrita mediante a discussão do engendramento de uma *Razão* e, por conseguinte, *a posteriori*, por uma *Filosofia da história*.

Não há como entender *Crítica e Crise*, se perdermos de vista a compreensão do que vinha a ser a *Razão* e, principalmente, a *Filosofia Iluminista*. Em outras palavras, a *Razão*, entendida aqui também como a Razão de Estado, fora a responsável por garantir ao rei a legitimidade necessária para se impor como soberano único dentro de uma série de perturbações e guerras religiosas – pois havia um embate entre diversos “partidos religiosos” – dentro da sociedade que vitimavam um número grande de pessoas e fazia a sociedade sangrar.

Com efeito, quem seria o responsável por apaziguar tal derramamento de sangue? A resposta para essa questão é o rei absolutista, haja vista o monarca é absoluto, se colocava acima de quaisquer segmentos religiosos, estando abaixo apenas de Deus. O

⁴ Em alguns momentos, Koselleck antecede o século XVIII, discutindo questões cruciais desde o século XVI, como, por exemplo, a perda da unidade da Igreja.

destaque, portanto, é o monarca que impele os interesses muitas vezes díspares próprios dos homens e das Igrejas.

Agora, os indivíduos que queiram viver devem se submeter ao soberano, ou seja, se tornam súditos, caso contrário, culminaria na necessidade de terem suas vidas tiradas, pois havia uma certa simbologia em que o monarca e a paz trazida por ele se confundem. Não há paz sem monarca. Não há distinção entre paz e monarca, são um só. A paz é a gênese do monarca, pois foi ele quem a culminou, bem como o monarca, nessa concepção, seria a gênese da paz, pois a paz culminara na estabilidade do monarca.

Nesse sentido, abordemos o outro ponto da compreensão da obra que dissemos acima: a *Filosofia da história (Filosofia Iluminista)*. Essa *filosofia da história* irá contrapor a razão absolutista, isto é, pôr-se-á em evidência a escalada de uma burguesia. O título da obra de Koselleck possui o título *Crítica e Crise* não à toa. Esses pontos se entrelaçam. Essa *Crítica* que o autor explana é que ocasiona a *Filosofia Iluminista* ou uma *Filosofia burguesa da história*⁵.

A *Filosofia da história* irá condenar os abusos do poder do monarca, uma vez que a *Razão de Estado* – o poder político do monarca – estava separado da moral e será essa *Crítica* que irá projetar uma *Crise*, uma crise que será perpassada através da apreciação de “juízes burgueses”, envoltos de uma ideia de progresso.

Na prática, para essa *Filosofia burguesa da história* não haveria a necessidade de uma revolução, pois a queda do Estado era iminente. Entretanto, para os cidadãos, que estavam embevecidos com as suas próprias capacidades de discernir o bem e o mal, o opressor do não opressor, haveria a necessidade de se chegar a uma tomada de decisão, já não dava para ficar observando abusos, perseguições, intolerâncias, violências e injustiças absolutistas. Logo, a resposta para dissolver tais discrepâncias estaria na culminância da Revolução – a Francesa – e, por conseguinte, legitimar a política baseada em preceitos morais.

Em síntese, a Revolução Francesa, portanto, será uma espécie de Tribunal moral diante daqueles que usurpam os direitos do homem. O ultraje aos direitos do homem se dá na política exercida pelo rei dissociada de uma sujeição a moral.

⁵ É importante deixar claro o seguinte: o entendimento que se faz na leitura de R. Koselleck é que será a *Crítica* que engendrará a *Filosofia Iluminista* – burguesa, por sinal – e não a *Filosofia Iluminista* que engendrará a *Crítica*. Em outras palavras, a gênese do Iluminismo é a *Crítica*; O Iluminismo surge da *Crítica* e não o contrário. A *Filosofia Iluminista* surge porque há uma tomada de “consciência” do homem que vivia no privado e que, *a posteriori*, vai adquirindo corpo e buscando um espaço fora desse ambiente privado. As opiniões dos súditos – uma vez que o homem já não era mais homem perante o monarca, mas sim um súdito que tem transferido seu direito em dever de obediência – precisam de cada vez mais espaço, o privado já não comportava mais, e cada movimento de ir para fora do privado era um caminho que se percorria em direção a “luz”. Cada movimento de se chegar até a “luz”, era um passo para o homem deixar de ser súdito e o homem voltar a ser homem, realizar-se politicamente como homem.

Durante as guerras civis religiosas, o rei personifica em sua imagem – e em suas atitudes também – a separação da política e da moral. Para que o mesmo tivesse o controle e (re)tomada de um período de paz, houve a indispensabilidade de um domínio que retirasse de suas decisões políticas a moral, pois entendia-se que a legitimação do Estado absolutista tinha que ser capaz de submeter vários princípios e doutrinas que desuniam e causavam guerras civis, como, por exemplo, os próprios partidos religiosos.

Por não haver uma única moral, mas sim várias “morais” que norteavam diferentes concepções religiosas, a política deveria se desligar da moral, pois a moral fraciona. Se cada grupo tivesse uma moral, tal grupo lutaria por essa moral, que compreendia ser melhor que a do outro. O sentido perpassava não em fragmentar/segregar, mas sim unificar. Apenas se unificaria se essa moral ficasse oculta sob as mãos do político representado no e pelo rei.

A ascensão do rei ocorreu porque o mesmo separara a política da moral, porém, essa distinção entre política e moral que levava o rei ao exercício de poder, mais tarde, será também a sua morte. Será esse questionamento do porquê dessa separação ente política e moral feita pelas associações secretas que levarão ao embate da *Filosofia burguesa da história* frente a *Razão de Estado*.

Segundo Koselleck, o monarca, ao estabelecer um período de cessamento de derramamento de sangue por conta de guerras civis de características religiosas, põe vários grupos sociais díspares num isolamento em que não podiam se expressar politicamente, pois estavam reclusos ao segredo e ao silêncio. Caso houvesse a expressão de juízos sobre a política absolutista fora do confinamento, tornar-se-ia um crime.

Os grupos confinados se organizavam no segredo, haja vista era o segredo que os mantinham seguros das arbitrariedades despóticas do monarca. Nesse sentido, o autor aborda as ordens secretas, dando um enfoque as lojas maçônicas. Seria uma espécie de sociedade dentro da própria sociedade absolutista.

De acordo com Koselleck, as organizações maçônicas deveriam obrigatoriamente ceder lugares àqueles que fossem contrários a política absolutista. Nessa perspectiva, as associações maçônicas davam refúgio aos que não aceitavam as perseguições desenfreadas do monarca. Logo, os maçons teriam, nessa visão, a capacidade de julgar se aquele que estaria pedindo refúgio era alguém moralmente íntegro ou não.

Em suma, estaria em jogo uma totalidade moral *versus* uma tirania intrínseca ao rei. Essas lojas maçônicas já possuíam em seu foro interior um governo moral, o que faltava era ultrapassar este foro interior e alcançar o foro exterior onde a *Razão* impera. Lembremos que na *Razão*, o Estado é conduzido para uma suposta felicidade civil em que

não haveria mais a preocupação com o medo da morte provocado pelas guerras religiosas, já que o rei é a garantia de proteção do homem, que não é homem-cidadão, pelo contrário, é homem-súdito. Para tanto, o homem-súdito não possuía responsabilidade política, isso ficou a cargo do monarca, o homem-súdito possuía apenas culpabilidade, como, por exemplo, ingerir-se em assuntos políticos ou decisões de quaisquer naturezas que não lhe diziam respeito, apenas ao rei.

O Iluminismo não enxerga essa separação do homem e de sua expressão política. Dessa forma, o Iluminismo terá como ponto disseminador essencial o esfacelamento da “fronteira” entre interior e exterior, ou seja, a fragmentação do Estado Absolutista era necessária para uma plenitude do homem-cidadão acontecer. Plenitude no sentido de exercer seu direito político.

Será nessa – nova – configuração que a burguesia se colocará como uma substituta imediata do mundo despótico dominado pelo monarca. Se a burguesia estava à margem na configuração social da política absolutista, nesse momento de enfrentamento das leis da moral *versus* razão, a mesma passará a ter um olhar visionário de ser a detentora de uma concepção política, tendo em vista a lacuna que se aproximara com o enfraquecimento daquele que detinha o poder absoluto.

Essa burguesia possuía dinheiro e ascendia cada vez mais em posições sociais e econômicas. Era salutar que em um dado momento, a mesma se atribuiria como a personificação de um progresso em substituição ao que estava em vigência, um Estado cujo monarca estava tomado por vícios. A *Filosofia burguesa histórica* era a virtude capaz de repelir esses vícios.

Este progresso pode ser entendido como um “tempo moderno” (presente) que rompe com o “tempo anterior” (passado), sendo que esse “tempo moderno” apontará para um futuro inédito. O tempo se acelera e põe no tempo moderno mais material incógnito. Reinhart Koselleck debate de maneira mais abrangente o passado-presente-futuro em sua obra *Futuro Passado*.⁶ Por ora, não é o foco dessa resenha em questão. O que podemos salientar sobre essa discussão de *aceleração do tempo* é que a *filosofia da história*, que forjara a modernidade, emancipará o homem da submissão absolutista e da tutela da Igreja, agora passando a existir como cidadão político.

O Iluminista não possuía qualquer interesse por uma volta ao passado, não era seu interesse. Essa volta ao passado poderia, de certo modo, significar um retorno aos modos de domínio absolutista, por isso há o rompimento com o passado e, conseqüentemente, a

⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

“inauguração” de um futuro que é novo, porque ele é diferente do que até então se conhecia. De acordo com Koselleck, “a aceleração corresponde a uma ‘desnaturalização’ da experiência temporal que se conhecia até então. Ela é um indicador de uma história especificamente moderna”.⁷

A própria Revolução Francesa se insere em um contexto que organiza um novo *horizonte de expectativas*, já que até então a própria ideia de Revolução era cíclica, uma volta ao passado. A Revolução de 1789 fomenta para um olhar em que a resposta as inquietações do homem já não mais existiam em um campo de *experiência passado*. A nova concepção de Revolução irá ultrapassar quaisquer convicções que até então se conheciam.

Por fim, Koselleck esclarece que a *Crise* será o Tribunal daqueles que transformaram a autoridade que detinham em violência imoral, perante aqueles que possuíam a inocência moral. A violência imoral concebida na soberania do tirano e a inocência moral estabelecida no cidadão. Logo, a jurisdição moral funcionaria como Tribunal para julgar e castigar os criminosos.

Recebido em 11 de novembro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de maio de 2018

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 142.